



EXAME CFC
SIMULADO TEMÁTICO 10
QUESTÕES

LISTA DE QUESTÕES

1. De acordo com a NBC TP 01 – Norma Técnica de Perícia Contábil, o Termo de Diligência é o instrumento por meio do qual o Perito

- a) solicita quaisquer informações necessárias à elaboração do laudo pericial.
- b) apresenta o resultado final de seu trabalho pericial.
- c) apresenta sua proposta de trabalho, juntamente com o orçamento estimativo.
- d) exime-se da responsabilidade de atestar fatos diversos dos analisados, que são dados como incontroversos.
- e) compromete-se a cumprir as normas de contabilidade.

2. Os fundamentos da perícia contábil são um dos meios de prova que se utilizam para identificar, no processo judicial ou arbitral, os aspectos essenciais à formação de uma decisão e sentenças. Um dos fundamentos é a objetividade.

Em relação ao assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Afasta os critérios de juízo de valor, prevalecendo o juízo de realidade científica contábil.
 - () É um conjunto de dados estatísticos, oriundos da ideologia da contabilidade, como os princípios contábeis e convenções, aplicados pelo cientista contábil e desenvolvido pelos professores doutores.
 - () Implica em uma longa exposição das ideias, utilizando o máximo de palavras possível.
- a) F – V – F.
 - b) V – F – F.
 - c) V – V – F
 - d) F – F – F.
 - e) F – F – V.

3. No que se refere à Perícia Contábil, e de acordo com a NBC T 13 – da Perícia Contábil, assinale a alternativa que NÃO se refere a conceitos e objetivos da Perícia Contábil.

- a) A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.
- b) A perícia contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral, é de competência exclusiva de Contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- c) Os procedimentos realizados de perícia contábil fundamentam as conclusões no laudo pericial contábil.
- d) Nos casos em que a legislação admite a perícia interprofissional, aplica-se o item da alternativa B exclusivamente às questões contábeis, segundo as definições contidas na Resolução CFC n.º 560/83.

e) A presente Norma aplica-se ao perito-contador nomeado em Juízo, ao contratado pelas partes para a perícia extrajudicial ou ao escolhido na arbitragem; e, ainda, ao perito-contador assistente indicado ou contratado pelas partes.

4. Para fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, serão considerados alguns procedimentos, conforme a NBC T 13 – da Perícia Contábil.

Assinale a alternativa que se refere corretamente aos procedimentos da Perícia Contábil.

- a) Vistoria, observação, certificação, exame, investigação, estimativa e previsão.
- b) Indagação, fiscalização, exame, vistoria, arbitramento, previsão, pesquisa, aferição e avaliação.
- c) Investigação, estimativa, indagação, mensuração, avaliação e certificação.
- d) Exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.
- e) Arbitramento, pesquisa, apreciação, previsão, arbitramento, mensuração, avaliação e estimativa.

5. Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PP 01, de 27 de fevereiro de 2015, a qual trata sobre o Perito Contábil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.
- b) Perito oficial é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.
- c) Perito-facultativo é nomeado pelo juiz, autoridade pública ou privada para fazer parte em perícias contábeis.
- d) Perito do juízo é nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.
- e) Perito-assistente é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis.

6. Existem determinadas situações em que o Perito Contábil está impossibilitado de exercer, regularmente, sua atividade pericial em processo judicial.

Assinale a alternativa que expressa quando o Perito Contador deve declarar-se em suspeição.

- a) O perito contador não tem motivo íntimo.
- b) O perito contador não conhece nenhuma das partes.
- c) O perito contador não deve ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau
- d) O perito contador não houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.
- e) O perito contador ser inimigo capital de qualquer das partes.

7. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

No desempenho da função de Perito Contador, o profissional deve ter zelo. O termo “zelo”, refere-se ao cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, tratamento dispensado às autoridades, de forma que seu trabalho levado a bom termo e, consequentemente, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil dignos de fé pública.

O zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende:

() cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral.

() prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais.

() ser receptivo aos argumentos e críticas, mas mantendo firme seu posicionamento anterior, sem ratificar ou retificar.

() ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às consequências advindas dos seus atos.

a) V – F – F – V.

b) F – V – F – F.

c) V – V – F – V.

d) V – F – V – V.

e) F – V – V – V.

8. De acordo com a NBC TP 01 – Perícia Contábil, o planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial que antecede diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito do juízo estabelece a metodologia dos procedimentos periciais a serem aplicados, elaborando-o a partir do conhecimento do objeto da perícia. Em relação aos objetivos do planejamento da perícia, assinale uma alternativa INCORRETA.

a) Definir a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos a serem aplicados, em consonância com o objeto da perícia.

b) Estabelecer como ocorrerá a divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, sempre que o perito necessitar de auxiliares.

c) Conhecer o objeto e a finalidade da perícia, a fim de permitir a adoção de procedimentos que conduzam à revelação da verdade, a qual subsidiará o juízo, o árbitro ou o interessado a tomar a decisão a respeito da lide.

d) Identificar e avaliar riscos de distorções relevantes que possam comprometer o andamento normal dos trabalhos de forma a não comprometer a emissão de opinião sobre as demonstrações contábeis e/ou laudo pericial.

9. Segundo a NBC TP 01 – Perícia Contábil, ao ser intimado para dar início aos trabalhos periciais, o perito do juízo deve comunicar às partes e aos assistentes técnicos: a data e o local de início da produção da prova pericial contábil, exceto se designados pelo juízo. Sobre este assunto, analise as afirmativas marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

() Caso não haja, nos autos, dados suficientes para a localização dos assistentes técnicos, a comunicação deve ser feita diretamente às partes e/ou ao Juízo.

() O perito-assistente pode, tão logo tenha conhecimento da perícia, manter contato com o perito do juízo, colocando-se à disposição para a execução da perícia em conjunto.

() Na impossibilidade da execução da perícia em conjunto, o perito do juízo deve permitir aos peritos-assistentes o acesso aos autos e aos elementos de prova arrecadados durante a perícia, indicando local e hora para exame pelo perito-assistente.

() O perito-assistente pode entregar ao perito do juízo cópia do seu parecer técnico-contábil, previamente elaborado, planilhas ou memórias de cálculo, informações e demonstrações que possam esclarecer ou auxiliar o trabalho a ser desenvolvido pelo perito do juízo.

A sequência está correta em

- a) F, F, F, V.
- b) F, F, V, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, V, V, F.

10. Impedimento e suspeição são situações fáticas ou circunstanciais que impossibilitam o perito de exercer, regularmente, suas funções ou realizar atividade pericial em processo judicial ou extrajudicial, inclusive arbitral. Assinale a alternativa que não corresponde a casos de suspeição a que está sujeito o perito do juízo:

- a) Ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção.
- b) Houver qualquer interesse no julgamento da causa em favor de alguma das partes.
- c) Aconselhar, de alguma forma, parte envolvida no litígio acerca do objeto da discussão.
- d) Ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges.
- e) Quando, após contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, dessa maneira, comprometer o resultado do seu trabalho.

11. Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Segundo a norma brasileira de Contabilidade NBC TP 01 vigente, o arbitramento é:

- a) O ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
- b) A determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.
- c) A diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
- d) O ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
- e) O ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.

12. Termo de diligência é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico-contábil. Sobre o termo de diligência é INCORRETO afirmar:

- a) Serve também para determinar o local, a data e a hora do início da perícia, e ainda para a execução de outros trabalhos que tenham sido a ele determinados ou solicitados por quem de direito, desde que tenham a finalidade de orientar ou colaborar nas decisões, judiciais ou extrajudiciais.
- b) O termo de diligência deve ser redigido pelo perito-assistente e ser apresentado diretamente ao perito do juiz, por escrito e juntado ao laudo.
- c) O termo de diligência deve conter identificação das partes ou dos interessados e, em se tratando de perícia judicial ou arbitral, o número do processo ou procedimento, o tipo e o juízo em que tramita.
- d) A indicação detalhada dos documentos, coisas, dados e informações, consignando as datas e/ou períodos abrangidos, podendo identificar o quesito a que se refere, são informações contidas no termo de diligências.
- e) Deve indicar que está sendo elaborado nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TP 01.

13. O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho. Analise as afirmativas abaixo e assinale a opção que NÃO contempla o laudo pericial contábil:

- a) O perito deve elaborar o laudo, utilizando-se do vernáculo, sendo admitidas apenas palavras ou expressões idiomáticas de outras línguas de uso comum nos tribunais judiciais ou extrajudiciais.
- b) A linguagem adotada pelo perito deve ser clara, concisa, evitando o prolixo e a tergiversação, possibilitando aos julgadores e às partes o devido conhecimento da prova técnica e interpretação dos resultados obtidos.
- c) Os termos técnicos não devem ser inseridos no laudo e no parecer, de modo a se obter uma redação que qualifique o trabalho pericial, respeitadas as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- d) Quando se tratar de laudo pericial contábil, assinado em conjunto pelos peritos, há responsabilidade solidária sobre o referido documento.
- e) O laudo pericial deve ser assinado pelo perito contador, incluindo sua categoria profissional, seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade, comprovado mediante Certidão de Regularidade Profissional (CRP) e sua função. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil.

14. Os peritos devem, na conclusão do laudo e do parecer, considerar as formas explicitadas nas alternativas abaixo, à EXCEÇÃO de:

- a) O perito do juízo não pode omitir nenhum fato relevante encontrado no decorrer de suas pesquisas ou diligências, mesmo que não tenha sido objeto de quesitação e desde que esteja relacionado ao objeto da perícia.
- b) A conclusão com quantificação de valores é viável em casos de: apuração de haveres; liquidação de sentença, inclusive em processos trabalhistas; resolução de sociedade; avaliação patrimonial, entre outros.
- c) Pode ocorrer que, na conclusão, seja necessária a apresentação de alternativas, condicionada às teses apresentadas pelas partes, casos em que cada uma apresenta uma versão para a causa. O perito deve apresentar as alternativas condicionadas às teses apresentadas, devendo, necessariamente, ser identificados os critérios técnicos que lhes deem respaldo.

- d) A conclusão não pode ser, simplesmente, elucidativa, quanto ao objeto da perícia.
 e) A conclusão pode ainda reportar-se às respostas apresentadas nos quesitos.

15. São motivos que podem ensejar a suspeição do perito do juízo:

- I. ser devedor, mesmo que ainda não esteja em mora, a uma das partes.
 II. motivo íntimo.
 III. ter aconselhado parte envolvida, ainda que acerca de objeto diverso do posto em discussão no litígio.
 IV. ser herdeiro presuntivo do cônjuge de uma das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
 b) III e IV.
 c) I e IV.
 d) I e III.
 e) II e IV.

16. Sobre apresentação do laudo pericial contábil e oferta do parecer técnico-contábil à luz da NBC TP 01 – Perícia Contábil, analise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

() O perito deve elaborar o laudo e o parecer, utilizando-se do vernáculo, sendo admitidas palavras ou expressões idiomáticas de outras línguas e de uso não comum nos tribunais judiciais ou extrajudiciais.

() Tratando-se de termos técnicos atinentes à profissão contábil devem, quando necessário, ser acrescidos de esclarecimentos adicionais e recomendada a utilização daqueles consagrados pela doutrina contábil.

() O laudo e o parecer são, respectivamente, orientados e conduzidos pelo perito do juízo, que adotará padrão próprio, respeitada a estrutura prevista na norma (NBC TP 01), devendo ser redigidos de forma circunstanciada, clara, objetiva, sequencial e lógica.

() A linguagem adotada pelo perito deve ser clara, concisa, evitando o prolixo e a tergiversação, possibilitando aos julgadores e às partes o devido conhecimento da prova técnica e interpretação dos resultados obtidos. As respostas não devem ser objetivas e nem lacônicas. Os termos técnicos devem ser inseridos no laudo e no parecer, de modo a se obter uma redação que qualifique o trabalho pericial, respeitadas as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A sequência está correta em

- a) V, F, V, F.
 b) F, V, F, V.
 c) V, F, V, V.
 d) F, V, F, F.

17. De acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil, o perito deve elaborar a proposta de honorários estimando, quando possível, o número de horas para a realização do trabalho, por etapa e por qualificação dos profissionais, considerando alguns dos seguintes trabalhos especificados, EXCETO:

- a) Retirada e entrega do processo ou procedimento arbitral.
- b) Pesquisa documental e exame de livros contábeis, fiscais e societários.
- c) Elaboração de planilhas de cálculo, quadros, gráficos, simulações e análises de resultados.
- d) Elaboração de termos de diligências para arrecadação de provas e comunicações exclusivas aos advogados.

18. De acordo com a definição dada pelas normas técnicas vigentes, o zelo profissional do perito contábil

- a) recomenda que o perito não deve restringir seus trabalhos ao conteúdo técnico-científico.
- b) não significa que o perito deva avocar para si a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas no laudo pericial contábil.
- c) não comprehende necessariamente o cumprimento dos prazos nos termos contratados em perícia extrajudicial.
- d) é o cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, prazos e tratamento dispensado às autoridades, a fim de que seja respeitado.
- e) importa não modificar seu posicionamento após críticas ou argumentos contrários.

19. De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, no que tange ao trabalho pericial, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito do juízo estabelece a metodologia dos procedimentos periciais a serem aplicados, elaborando-o a partir do conhecimento do objeto da perícia.

II. O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvem o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.

III. Indagação é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico-contábil.

A sequência CORRETA é:

- a) V, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, V, F.
- d) F, F, V.

20. De acordo com a NBC PP 01 – PERITO CONTÁBIL, a respeito de suspeição e impedimento legal, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O perito do juízo ou assistente deve declarar-se suspeito quando, após nomeado ou contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, dessa maneira, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.

II. O perito deve declarar-se suspeito apenas nos casos previstos da NBC PP 01 – PERITO CONTÁBIL, não sendo possível declarar-se suspeito por motivo íntimo.

III. São exemplos de casos de suspeição a que está sujeito o perito do juízo: ser amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

21. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PP 01), de 2015 que versa sobre perícia contábil, analise as afirmativas abaixo e, em seguida assinale a alternativa correta.

I. Perito é o contador, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma impessoal, devendo ser mero conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.

II. Perito oficial é o nomeado pelo juiz, árbitro, autoridade pública ou privada para exercício da perícia contábil.

III. Perito-assistente é o investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado destinado, exclusivamente, a produzir perícias e que exerce a atividade por profissão.

- a) Estão corretas as afirmativas I e II, apenas
- b) Está correta a afirmativa II, apenas
- c) Está correta a afirmativa III, apenas
- d) Estão incorretas as afirmativas I, II e III
- e) Estão corretas as afirmativas I, II e III

22. De acordo com o item 32 da NBC PP 01 – Perito Contábil, o perito-assistente pode contratar serviço de profissional de outra área:

- a) somente quando necessitar auxílio para cumprimento de prazo de entrega do laudo.
- b) pode nos casos em que parte da matéria-objeto da perícia assim o requeira.
- c) deve contratar sempre pois reforçará seu parecer técnico.
- d) somente quando em trabalho conjunto com o perito contador.

23. De acordo com a NBC PP 01 – Perito Contábil, o Perito do juízo estará sendo parcial se:

- a) dispensar igual tratamento às partes.
- b) utilizar argumentos baseados em trabalho técnico por ele publicado.
- c) atender aos assistentes técnicos com iguais oportunidades.
- d) omitir algum argumento técnico com o objetivo de não prejudicar uma parte.

24. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, quando o profissional da Contabilidade fixar o valor dos serviços, por contrato escrito, devem ser considerados os seguintes elementos:

- a) a transparência do cliente e o tempo que será consumido para a realização do trabalho.
- b) a conformidade e legalidade do cliente e a peculiaridade de tratar-se de cliente sem problemas judiciais.
- c) a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços e a questão da existência de parentes no corpo de administração do cliente.
- d) o resultado lícito favorável que para o contratante advirá com o serviço prestado e o local em que o serviço será prestado.
- e) o tempo que será consumido para a realização do trabalho e se a empresa está em condições financeiras de arcar com os trabalhos prestados.

25. São penalidades sofridas pelo profissional da Contabilidade caso ocorra a transgressão do Código de Ética do Contador:

- a) censura pública e perda do registro no Conselho Federal de Contabilidade.
- b) advertência reservada, censura reservada e censura pública.
- c) ação que denigra publicamente a imagem do profissional da Contabilidade e perda do seu registro no Conselho.
- d) advertência e multa, caso seja comprovada a infração.
- e) proibição de exercer sua atividade pelo prazo de 2 anos e multa, caso comprovada a infração.

26. O Art. 9º do Código de Ética do Profissional Contábil dispõe: “A conduta do Contabilista com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe.” Nesse mesmo sentido afirma: “_____ , mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou convivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão”. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) O conluio
- b) O companheirismo
- c) A amizade
- d) O espírito de solidariedade.

27. De acordo com o Código de Ética do Profissional da Contabilidade, a transgressão de preceitos ali estabelecidos constitui infração ética sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades. Dentre as penalidades a seguir elencadas, qual delas não está prevista no Código de Ética?

- a) Censura pública.
- b) Advertência reservada.
- c) Expulsão.
- d) Censura reservada.

28. O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

Assinale a alternativa que apresenta um procedimento VEDADO ao profissional da contabilidade no desempenho de suas funções:

- a) Aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- b) Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
- c) Comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.
- d) Renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.

29. A legislação que regula a profissão contábil estabelece diversos direitos e deveres a serem observados pelos profissionais da classe contábil. Dentre os deveres previstos pela norma, é VEDADO ao contador:

- a) Publicar trabalho, científico ou técnico, assinado e sob sua responsabilidade.
- b) Indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, os títulos e especializações por ele obtidos.
- c) Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, tendo a anuência por escrito do cliente.
- d) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.

30. Assinale a alternativa correta em relação NBC PG 01 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR.

I. A publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, deve primar pela sua natureza técnica e científica, sendo assim permitida a prática da mercantilização.

II. O contador pode indicar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e a relação de clientes, esta quando autorizada por estes.

III. O contador deve, com relação à classe, prestar sua cooperação moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa.

- a) As alternativas II e III estão corretas.
- b) As alternativas I e III estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Somente a alternativa II está correta.
- e) As alternativas I e II estão corretas